

**NOMES DE POSSÍVEL ORIGEM AFRICANA
NA TOPONÍMIA DE MINAS GERAIS:
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS
DA PESQUISA TOPONÍMICA**

Emanoela Cristina Lima
emanoelacl@gmail.com

1. Introdução

O estudo dos nomes de lugares de provável origem africana que compõem a realidade toponímica de Minas Gerais tem por finalidade demonstrar um pouco das contribuições linguístico-culturais africanas para a formação do português do Brasil. A partir da análise dos topônimos, que possibilita o reconhecimento e a conservação das tradições e costumes de uma comunidade, investigaremos os nomes de possível origem africana.

A toponímia, disciplina que se dedica ao estudo dos nomes de lugares, revela-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois possibilita o reconhecimento de fatos linguísticos, ideologias e crenças do ato denominativo, uma vez que investigar os nomes dos locais compreende também a análise da cultura e da relação do homem com o meio em que vive. Dick afirma que:

Sem dúvida, a cultura do grupo é determinante na condução desse saber-fazer denominativo, responsável pelas novas séries de designação que formam a cadeia lexical, nas perspectivas de uma antropologia linguística que é também semiológica. (DICK, In: SEABRA, 2004, p. 100)

O estudo dos nomes de lugares possibilita a identificação e a recuperação de fatos linguísticos recorrentes no ato denominativo. Os topônimos testemunham parte da história da língua, já que os contatos linguísticos e culturais entre os povos são registrados e conservados através dos signos linguísticos. Por essa razão, decidimos investigar a contribuição das línguas africanas ao português do Brasil, seguindo os embasamentos dos estudos toponímicos. Além da influência da cultura e dos costumes dos povos, o meio exerce expressiva influência no processo denominativo. O topônimo também evidencia a realidade do ambiente físico de uma determinada região, uma vez que revela características de vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e relevo. Marcas que permanecem firmadas no topônimo mesmo quando a motivação toponí-

mica, ocorrida no ato denominativo, já se faz extinta. Percebe-se, pois, o valor patrimonial do topônimo.

No Brasil, os primeiros estudos toponímicos estavam voltados principalmente à análise de nomes indígenas. Os estudos toponímicos brasileiros começaram a ganhar sistematicidade quando Carlos Drummond, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pesquisou a relação existente entre as migrações indígenas e suas línguas e as designações dos acidentes geográficos a que os povos se depararam. Sua obra *Contribuições do Boro-ro à toponímia Brasileira* foi publicada em 1965.

Nos estudos da toponímia brasileira de nossa contemporaneidade, destaca-se o nome de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Professora e pesquisadora da FFLCH-USP, Dick, seguindo as orientações de Drummond e a teoria de Dauzat, escreveu os *Princípios Teóricos e Modelos Taxeonomícos*, aplicados aos nomes de lugares. Com essa obra, a autora enriqueceu enormemente os estudos toponímicos brasileiros. Para Drummond, “nenhum outro estudo de Toponímia do Brasil reveste-se de tantas qualidades como este, seja do ponto de vista estrutural como científico”. (DICK, 1990a, Prefácio)

Outros pesquisadores, seguindo a metodologia sugerida por Dick, assim como o modelo de seus Atlas (ATB – Atlas Toponímico do Brasil e ATESP – Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), têm-se dedicado, em nossas Universidades, aos estudos toponímicos; dentre eles citamos: Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG). Ambas vêm coordenando variantes regionais do ATB em seus respectivos estados – Mato Grosso do Sul (ATEMS – Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul) e Minas Gerais (ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais).

O projeto ATEMIG realiza o detalhamento e análise da realidade toponímica de todo o território mineiro, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos propostos por Dauzat (1926) e Dick (1990). Para esse fim, estão sendo levantados todos os nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, rios, córregos, ribeirões, morros, serras, dentre outros acidentes geográficos dos 853 municípios de Minas Gerais, documentados em cartas topográficas – fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000. Após a coleta e catalogação dos dados, os topônimos são registrados em fichas, conforme modelo sugerido por Dick (1990), para serem analisados e classificados. Essas fichas constituem

uma análise detalhada do topônimo, com informações que o integram à sociedade e à cultura.

Uma das etapas de análise do projeto ATEMIG concentra-se no reconhecimento dos remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, indígenas, africanos, dentre outros. Neste estudo, voltaremos nossa atenção para os remanescentes lexicais de origem africana encontrados na toponímia de Minas Gerais.

O estudo dos africanismos presentes na realidade toponímica mineira buscará aprofundar o estudo das contribuições das línguas da família banto, como quimbundo, quicongo e umbundo, da família iorubá, dentre outras.

Segundo Dick:

Estudar a toponímia africana, no Brasil, pressupõe, de fato, o exercício de algumas etapas metodológicas, como a análise dos principais componentes étnicos imigrados, a classificação das línguas faladas, o exame linguístico dos designativos onomásticos, a sua natureza semântica, as áreas de ocorrência (DICK, 1990, p. 139)

Conforme Petter e Alkmim (2008, p. 146), a presença de termos de origem africana vem sendo registrada no português desde Bluteau (1712) e Morais (1813), considerados os primeiros dicionários da língua portuguesa. O que revela que, já no século XV, antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a língua portuguesa já havia entrado em contato com as línguas africanas.

A partir da segunda metade do século XVI, o contato da língua portuguesa com as línguas africanas foi intensificado durante o processo de expansão marítima, quando os portugueses passaram a praticar o tráfico de escravos da África para a América, que perpetuou-se no Brasil por mais de três séculos.

Nos séculos XVIII e XIX, ocorreu o povoamento do território mineiro, motivado pela descoberta de ouro e pedras preciosas na região. Segundo Carneiro (*Apud* QUEIROZ, 1998, p. 27), ocorreu neste período, na então Capitania das Minas, a maior concentração de escravos verificada no país. Até o final do século XIX, a população de Minas Gerais era formada majoritariamente pelos negros. Conforme Nelson de Senna (*Apud* QUEIROZ, In: SEABRA, 2006, p. 61), mesmo após a extinção do tráfico negreiro e da abolição do regime de escravidão no país, os negros e mestiços de negros representavam 53,32% da população mineira.

A presença significativa do negro africano no território mineiro deixou remanescentes nos diversos aspectos da cultura local e, conseqüentemente, no léxico toponímico de Minas Gerais. A pesquisa proposta buscará expandir e aprofundar o conhecimento sobre a contribuição das línguas africanas no território mineiro e apresentar colaborações aos estudos da formação do português brasileiro.

Segundo Dick, os estudos de toponímia africana no Brasil envolvem, pela peculiaridade, um conhecimento genérico da problemática do negro no país. Assim, nos dizeres da autora:

Elemento alógeno, o africano que aqui se fixou, desde a segunda metade do século XVI, criou raízes no território e se tornou responsável pelo stock mestiço (mulatos e pardos) dos mais representativos no conjunto da população brasileira, se levarmos em conta as estatísticas elaboradas [...] Apesar de o tráfico negreiro ter tido como uma de suas causas a mão de obra barata, destinada, no Brasil ao trabalho agrícola nas plantações de cana-de-açúcar, fumo, cacau, café e algodão, dispersas pelas da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Pará; os nas minerações das Gerais, Mato Grosso e, mesmo, no aproveitamento em serviços domésticos e/ou urbanos, não se pode considerar o negro como um elemento meramente “marginal” à sociedade brasileira. (DICK, 1990, p. 137-138)

Conforme Petter, para compreendermos o que é africanismo, é necessário analisar primeiramente o conceito de brasileirismo. A autora parte de um conceito de Celso Cunha, que define brasileirismo como “qualquer fato linguístico peculiar ao português usado no Brasil, em contraste com o fato linguístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo”. (PETTER, 2001, p. 3)

Após expor esta definição, Petter afirma que o africanismo pode estar na origem de um brasileirismo e é exatamente neste ponto que se situa uma questão: se os africanismos aportaram no Brasil e colaboraram para a constituição do léxico nacional, não seriam estes brasileirismos também? A autora nos fornece uma definição de africanismo, que de certa forma, nos auxilia a solucionar tal questão, segundo ela, o africanismo é:

O termo ou expressão de uso coloquial resultante do contato do português com língua africana ocorrida na África, em Portugal ou no Brasil, sendo neste caso parte integrante dos brasileirismos. (PETTER, 2001, p. 5)

Ou seja, o africanismo é reconhecido pela autora como “parte integrante” da língua, não como um mero empréstimo ou uma simples influência, uma vez que estes contribuíram efetivamente na formação do léxico brasileiro.

Ao analisar trabalhos que registraram a presença de termos oriundos de línguas africanas no léxico do português brasileiro, Petter (2002, p. 124) verifica que o registro em obras lexicográficas das palavras provenientes de línguas africanas, desde o final do século XIX até meados do século XX, esteve associado à reivindicação da identidade da língua nacional.

Embora fossem ‘termos estrangeiros’ do ponto de vista do português europeu, constituíam, na perspectiva brasileira, ao lado dos indigenismos, os *brasileirismos*, contribuindo com sua parcela de originalidade para a defesa do argumento da autonomia do português do Brasil. Assim como os africanos se incorporaram paisagem americana no século XVII, sendo considerados como habitantes naturais da América – haja vista pinturas seiscentistas –, as unidades lexicais africanas também são percebidas como autóctones pelos defensores do PB. (*Ibidem*, p. 141)

Assim, Petter observa que à medida que estudos especializados se desenvolviam – Mendonça (1933), Raymundo (1933), Nelson Senna (1934), Dante de Laytano (1936), e outros – os termos de origem africana foram ganhando autonomia, constituindo uma classe importante entre os *brasileirismos*, distinguindo-os como *africanismos*.

Nelson de Senna afirma que os africanos deixaram, por todo País, traços de seus vocábulos nativos, termos e expressões que foram incluídos na linguagem coloquial brasileira. Estes *africanismos* são encontrados em denominações geográficas, em termos designativos de iguarias, bebidas, plantas, animais, frutos, remédios, danças, instrumentos, ferramentas e artefatos diversos. (SENNA, 1926).

Outros autores, assim como Nelson de Senna e Margarida Petter, também desenvolveram estudos relacionados à contribuição africana na formação lexical e da cultura nacional como um todo. Dentre eles, destacamos os já mencionados Jacques Raymundo e Renato Mendonça, e outros como Yeda Pessoa de Castro, Fernando Tarallo, Willian José, Sônia Queiroz, Tânia Alkimin, Emílio Bonvini, Ney Lopes, Tarcísio Martins. Estudiosos que deixam evidenciadas as heranças linguístico-culturais africanas que são conservadas pelo povo brasileiro.

Queiroz (In: SEABRA. *O estudo do léxico*, p. 63) afirma que são poucas as publicações dedicadas ao registro dos aportes culturais africanos, o que acaba por delinear com maior clareza nosso ainda grande desconhecimento sobre a contribuição africana à formação da cultura brasileira.

O estudo dos nomes de lugares de origem africana em Minas Gerais se faz importante por revelar a participação das línguas africanas na nomeação do território mineiro. A pesquisa proposta não se restringirá ao registro dos topônimos africanos e seus respectivos significados. Sua importância reside também na contribuição para um maior conhecimento da história do negro no País, desvirtuando, conseqüentemente, o enfoque elitista ou resignado que tanto os brancos como os negros sustentam sobre a questão.

2. *Objetivos*

2.1. *Objetivos gerais*

Colaborar para o reconhecimento do valor patrimonial das contribuições linguístico-culturais africanas para a formação do português do Brasil, de modo a conhecer e dar a conhecer um pouco da história do povo afro-brasileiro.

2.2. *Objetivos específicos*

- Realizar estudo dos africanismos presentes na toponímia mineira;
- Conceituar africanismo e brasileirismo;
- Verificar a ocorrência dos topônimos de provável origem africana nos registros de africanismos em dicionários do português do Brasil e nos glossários das publicações mais importantes sobre as línguas africanas no Brasil;
- Verificar o registro dos termos de provável origem africana mais falados em Minas em dicionários das línguas africanas trazidas para o Brasil no regime de escravidão;
- Quantificar a ocorrência dos africanismos nas regiões administrativas de Minas Gerais;
- Estudar o padrão motivador dos topônimos de provável origem africana;
- Investigar casos de variação, mudança e retenção linguísticas;
- Elaborar um glossário com os vocábulos de provável origem africana encontrados no universo toponímico de Minas Gerais;

▪ Relacionar, quando possível, os resultados das análises dos topônimos de provável origem africana com os resultados dos trabalhos já desenvolvidos pelo Projeto ATEMIG.

▪ Contribuir com as pesquisas do Projeto ATEMIG, na ampliação e aperfeiçoamento de seu banco de dados.

3. Procedimentos metodológicos

3.1. Constituição do corpus

Os dados que irão formar o *corpus* da pesquisa dos topônimos africanos de Minas Gerais serão provenientes do banco de dados do Projeto ATEMIG, do qual serão extraídos os nomes de lugares de provável origem africana. Para a realização do estudo toponímico será seguida a metodologia aplicada no Projeto ATEMIG, no qual vem sendo realizados os seguintes procedimentos:

1. coleta de dados: os nomes de lugares foram levantados das cartas municipais do IBGE com escalas de 1: 50.000, 1: 100.000 e 1: 250.000.

2. categorização e análise prévia dos dados: os topônimos são registrados em tabelas, nas quais são especificados o tipo de acidente geográfico, a origem etimológica do nome e distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, propostos por Dick (1990);

3. catalogação dos dados em fichas lexicográficas: registro dos topônimos em fichas lexicográficas, conforme modelo sugerido por Dick (2004). Essas fichas constituem uma análise detalhada do topônimo, com informações que o integram à sociedade e à cultura. Em anexo, um modelo de ficha lexicográfica que compõem o banco de dados do Projeto ATEMIG, que será utilizada como base para as fichas que serão elaboradas na pesquisa proposta.

Segue um modelo da ficha lexicografia:

COCONDE _____ **Taxionomia:** Hidrotopônimo

Origem: africana (banto– quimb.: *Kakundi* < *Kunda*)

Estrutura Morfológica: Nm [Ssing]

Registros no Banco de Dados do Projeto ATEMIG: 5 ocorrências

Nomeia córrego, morro e fazenda em Comendador Gomes (Triângulo/Alto Paranaíba); córrego em São José da Lapa e fazenda em Alvinópolis (Metropolitana).

Informações enciclopédicas:

► CASTRO (banto) (LP) -s.m. barranco; enxurrada que cai de lugar elevado Var. cacondé. Kik./Kimb. *kakundi* < *kunda* (2001, p. 38)".

► SENNA “[...] Este toponimo, ao nosso vêr, é de origem africana (relembrando Cacondi, na Africa Occidental e que teria dado a palavra Caconda, também usada no Brasil em lugar de “dôrso” ou “costas”); pois a um rio de Moçambique e a um lugar de Benguella (em Angola) dão as geographias esse nome de Caconde, que teria sido importado para o Brasil. No entender de outros, é provido de nossos indígenas, e o Dr. Bas Furtado, por exemplo, era desta opinião, entendendo que de *cáa-co-ndê* (“este matto é teo” e “é tua essa matta?”) se derivou o toponimo “Caconde”, em lingua tupi. [...]” (1926, p. 285)

3.2. Análise dos dados

Para a análise linguística dos topônimos africanos, observaremos, inicialmente, se a base léxica dos topônimos está registrada como africanismo em dicionários gerais, morfológicos e etimológicos do português. Os nomes serão consultados também na compilação *A árvore da palavra*, coordenada pela Profa. Dra. Sônia Queiroz.

Em seguida, observaremos se o africanismo é encontrado nas obras de estudiosos que tratam do léxico africano no Brasil, como Jacques Raymundo, Renato Mendonça, Nelson de Senna, Yeda Pessoa de Castro, Ney Lopes, dentre outros.

3.2.1. Análise quantitativa dos dados

Para analisar quantitativamente o *corpus*, agruparemos as formas toponímicas africanas em famílias léxicas, segundo a base de que derivam. Além disso, iremos agrupar os nomes de acordo com as taxinomias toponímicas e enumerar suas ocorrências. Esses dados serão registrados em gráficos e tabelas.

4. Amostra de dados analisados da região do Triângulo Mineiro: resultados parciais

O Triângulo Mineiro, conhecido no período colonial como Serção da Farinha Podre, é uma das regiões economicamente mais desenvolvidas do estado de Minas Gerais. No ano de 2007, pesquisamos em cartas geográficas do IBGE os 33 municípios que compõem essa região. Coletamos 6.873 topônimos – nomes de rios, córregos, fazendas, campos, vilas, morros, serras, povoados e municípios. Desses, 99 são de origem africana, o que representa 1,4% do total.

Para a análise lingüística dos topônimos, observamos, inicialmente, se a base léxica encontrada estava registrada no Novo Dicionário Aurélio. Em seguida, consultamos se o termo é citado como africanismo em obras de renomados estudiosos que tratam do léxico africano.

4.1. Bases léxicas-toponímicas de provável origem africana

ANGOLA – 3 ocorrências; *banto*. Dicionarizado no Aurélio. Do quimbundo *Ngóolá* > *Ángoola* > *Angola*. Refere-se a um “país do sudoeste da África, na costa do Atlântico, de povos do grupo lingüístico banto, entre os quais se destacaram no Brasil os de fala quimbundo, quicongo e umbundo” (Castro, 2001, p. 153). Nome de córrego no município de Campina Verde e de fazenda no município de Gurinhatã. Encontramos a forma híbrida *Angolinha*, nomeando Fazenda no município de Uberlândia.

BANANA – 4 ocorrências. Dicionarizado no Aurélio. Raymundo (1933, p. 105) mostra que *banana* é um vocábulo que gera bastante controvérsia quanto a sua origem, entretanto reconhece o mesmo como de origem africana. Já Senna (1926, p. 234-235) aponta o vocábulo como de origem índico-asiática, transplantado para a África:

Em Minas, todos os toponyms derivados desta palavra e planta índico-asiática transplantadas do Oriente para o continente negro e daí vindas para o Brasil por intermédio do tráfego com a costa africana de Oéste (Atlântico), são bastante comuns, havendo povoações, fazendas, rios, sítios e logares conhecidos com o nome de *Bananal* e de Bananeiras. [...] *Banâna* já é reputado nome africano afeiçoado pela língua congaleza.

Banana é base toponímica na Região do Triângulo Mineiro que, acrescida ao sufixo português *-al*, resulta na forma híbrida *bananal*. Esse topônimo nomeia córregos nos municípios de Araguari, Ituiutaba e Prata e fazenda no município de Itapegipe.

CAÇAMBA – 1 ocorrência; banto. Dicionarizado no Aurélio. Castro (2001, p. 185) define esse vocábulo como “balde preso numa corda para tirar água dos poços; qualquer balde; (por extensão) tipo de veículo usado para a remoção de terra”. Encontramos, em nosso *corpus*, o topônimo *Córrego Caçamba*, no município de Monte Alegre de Minas.

CACHIMBO – 4 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Castro (2001, p. 186), Mendonça (1973, p. 121), Raymundo (1933, p. 111) e Senna (1926, p. 281) afirmam ser esse vocábulo de origem africana. Para Senna (*Op. cit.*),

O topônimo é reputado de origem africana [...]. Além da usual significação de apetrecho próprio para cachimbar, tem o nome de cachimbo em nossos Estados, certa formação especial de vêiro de manganez, nas jazidas desse minério. [...] em Pernambuco, o nome “caximbo” se aplica a uma grande porção de terra, de forma prismatica, destacada de uma barranca vertical por dous profundos talhos lateraes, e que nos desaterros se faz abater. [...].

No Triângulo Mineiro, ocorre como topônimo no município de Araguari - *Córrego Cachimbo*, Fazenda *Cachimbo*, Localidade *Cachimbo*; e no município de Santa Vitória - *Córrego Cachimbo*.

CACONDE – 6 ocorrências; banto. Não dicionarizado no Aurélio. Castro (2001, p. 38) define esse termo como “barranco; enxurrada que cai de lugar elevado”. Para Raymundo (1933, p. 112), *cacunda* é palavra do ambundo e que dizer “*corcova, giba*”; já Renato Mendonça (1973) não menciona esse nome. Senna (1926, p. 285) afirma: “este toponimo, ao nosso vêr, é de origem africana (relembrando *Cacondi*, na Africa Occidental e que teria dado a palavra *Cacunda*, também usada no Brasil em logar de “dôrso” ou “costas”); pois a um rio de Moçambique e a um lugar de Benguella (em Angola) dão as geographias esse nome de Caconde, que teria sido importado para o Brasil.” No Triângulo Mineiro, *Caconde* nomeia córrego, fazenda e morro no município de Comendador Gomes; e córrego, fazenda e morro no município de Itapegipe.

CAFUNDÓ – 1 ocorrência; banto. Dicionarizado no Aurélio. Para Castro (2001, p. 190), esse vocábulo significa “lugar distante e atrasado”. Raymundo (1933, p. 113) o define como “lugar êrmo e distante”, “palavra de étimo ambundo *ka-nfundo* (...) *nfundu* é pequeno abrigo à margem da estrada para pouso de viajante”. De acordo com Senna (1926, p. 288) *cafundó* é um topônimo híbrido “parece termo africano, derivado do angolez *Kafundango* com a mesma significação e sentido de “brenhas” e logares ermos e retirados da estrada mais batida”. Nelson de Senna (*Op. cit.*) apresenta a definição de Beaurepaire Rohan (1889): “logar ermo e

longínquo, de difícil acesso, ordinariamente entre montanhas”. Senna menciona, ainda, Seguiet (1910) e V. Silveira (1920), que corroboram a significação como “lugar ermo e longínquo”. Senna (*op. cit.*) não deixa de aventar a possibilidade de *cafundó* ser um brasileirismo de composição híbrida,

o elemento tupi *caá* ‘matto’, e o substantivo vernáculo *fundo*, aglutinados em *ca-fundó*, com alteração prosódica, em que o acento agudo houvesse recaído na última syllaba. O fundo da matta e longe das estradas batidas de viandantes – eis o sentido corrente da expressão, entre nós.

Fazenda *Cafundó* é a forma toponímica que encontramos, em nosso *corpus*, no município de Iturama.

CANDONGA – 3 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Em Castro (2001, p. 196) encontram-se duas acepções para esse vocábulo: “fuxico; falsidade, manha, lisonja enganosa”; e “bem-querer, benzinho, amor, a pessoa querida, tratamento dado a mulheres jovens”. Mendonça (1973, p. 117), também, apresenta as mesmas acepções para o termo; já Senna (1926, p. 300), apoiando-se em vários estudiosos, diz que “a origem do vocábulo é controvertida [...] derivado de *qui* – “ponta” e *ndogá* – “quebrada ou abertura” e daí surgiu *quindongá*, alterado *graphica* e tonicamente para *candonga*, expressão tomada da língua indígena para designar a “quebra da ponta” de alguma Serra ou montanha.” Segundo Senna (*Op. cit.*) “são várias as Serras de Minas denominadas por esse nome “Candonga”; e na Serra assim chamada, no município de Guanhões, a qual conhecemos, a cordilheira tem mesmo uma “quebrada”, dando para o valle onde estão as antigas minas de ouro do *Candonga* e tendo toda a Serra um corpo de mineiros, de ferro do melhor teor metálico. No Triângulo Mineiro, *Candonga* nomeia córrego no município de Conquista. Encontramos, ainda, a forma *Candungo*, que nos parece ser uma variante de *Candonga*, nomeando córrego e fazenda no município de Canópolis.

CANGALHA – 1 ocorrência; banto. Dicionarizado no Aurélio. Castro (2001, p. 197) define esse vocábulo como “cesto, posto em lombo de burro, para transportar galinhas, mantimentos, etc.”; Mendonça (1973), Raymundo (1933) e Senna (1926) não discorrem sobre o termo. Acreditamos que haja uma extensão do sentido dado por Castro (*op. cit.*) neste nome de lugar encontrado, já que temos *Cangalha* como topônimo, nomeando córrego, no município de Ipiacu.

CUMBA – 3 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Segundo Raymundo (1933, p. 124), ocorrendo como substantivo, o vocábulo significa “feiticeiro” e enquanto adjetivo: “decidido, forte, valente”. De acordo com

esse autor, o termo, provavelmente, veio de *kumba*, abreviação de *rikumba*. Castro (2001, p. 215), também, aponta essas duas acepções; já Mendonça (1973) e Senna (1926) não registram o vocábulo no rol dos africanismos que estudaram. *Cumba* nomeia córrego no município de Monte Alegre de Minas e córrego e localidade no município de Tupaciguara.

CURIANGO – 2 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Para Castro (2001, p. 216) *curiango* é uma espécie de ave. Não há registro em Mendonça (1973), Senna (1926) e Raymundo (1933). *Curiango* nomeia córrego e fazenda no município de Santa Vitória.

FAROFA – 1 ocorrência; banto. Dicionarizado no Aurélio. Do quimbundo *Fálofa*. Segundo Assis Júnior (s.d., p. 35) o termo remete a “farinha de mandioca molhada em água / farófia”. Raymundo (1933, p. 130) diz estar certo de que é um vocábulo africano “estamos certos de que é palavra africana; entre os negros de Angola há a palavra *falofo* ou *farofia*, para designar a mistura de farinha, azeite ou água, a que se junta jindungo”. Nome de fazenda no município de Santa Vitória.

INHAME – 1 ocorrência; banto. Dicionarizado no Aurélio. “Do quimbundo *inhami*” (ASSIS JÚNIOR, [s.d.], p.60). Planta comestível. De acordo com Mendonça (1973, p. 141) *inhame* é termo encontrado em todas as línguas banto, proveniente da raiz *nyame*. Não há registro em Raymundo (1933) e Senna (1926). No município de Araguari, encontramos o topônimo *inhame* para nomear uma fazenda.

MACACO – 14 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. De acordo com Castro (2001, p. 267), “símio; (por extensão) adj. esperto, finório, feio, horrendo. Do quicongo *makaaku*, plural *de kaaku*”. Na região pesquisada, com a base macaco encontramos: Fazenda Ilha dos *Macacos* (município de Araguari); Córrego dos *Macacos* (município de Conquista); Córrego do *Macaco* (município de Ituiutaba); Córrego *Macacos*, Fazenda dos *Macacos*, Fazenda Córrego dos *Macacos* (município de Iturama); Córrego do *Macaco*, Córrego Rola *Macaco* (município de Prata); Córrego *Macaco* (município de Uberaba); Córrego *Macacos*, Fazenda *Macacos*, Localidade *Macacos* (município de Uberlândia); Córrego *Macacos*, Fazenda dos *Macacos*, Fazenda Córrego dos *Macacos* (município de Veríssimo).

MACAMBA – 1 ocorrência; banto. Dicionarizado no Aurélio. Vocábulo definido por Castro (2001, p. 268) com duas acepções: “camarada, companheiro, freguês” e “espécie de inhame, mandioca” *Fazenda Macamba* é topônimo no município de Uberaba.

MANDINGA – 2 ocorrências, banto. Dicionarizado no Aurélio. Segundo Raymundo (1933, p. 140), esse vocábulo significa “feitiçaria, sortilégio. Dificuldades, embaraços para a realização de qualquer coisa, os quais aparecem como por feitiçaria”. De acordo com Castro (2001, p. 274), há duas acepções para esse termo: “bruxaria, ardil; por extensão mau-olhado”. Para essa autora, essa denominação é “de um povo do grupo de língua mandê, do oeste-africano, que foi trazido para o Brasil durante a escravidão”. Para Mendonça (1973, p. 47), *mandinga* é “feitiço, talismã para fechar o corpo. *Mandinga* dá nome a duas fazendas no Triângulo Mineiro – uma no município de Uberaba e a outra no município de Veríssimo.

MARIMBONDO – 19 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Mendonça (1973, p. 148), Castro (2001, p. 277), Assis Junior (s.d., p. 278) e Raymundo (1973, p. 141-142) definem o termo como “inseto, vespa”. Seabra (2004, p. 232), *Apud* (HOUAISS, 2001), afirma que, além de nomear um tipo de inseto, *marimbondo* foi uma “designação dada pelos portugueses aos brasileiros, à época da independência”, neste caso, um hipocorístico. Em nosso *corpus*, *marimbondo* nomeia: córrego, fazenda, localidade (município de Araguari); córrego, fazenda, serra (município de Campina Verde); córrego, fazenda (município de Conquista); represa (município de Fronteira); fazenda, ribeirão, serra, localidade (município de Frutal); serra (município de Gurinhatã); córrego (município de Uberaba); córrego, localidade (município de Uberlândia); córrego (município de Veríssimo). Encontramos, também, a forma *marimbondinho*, nomeando córrego, no município de Conquista.

MATOCO – 1 ocorrência; banto. Dicionarizado no Aurélio. Raymundo (1933, p. 142) apresenta a seguinte definição para o termo: “ná-dega. Diz-se também *taco*; do ambundo *mataku*” – vocábulo definido por Castro (2001, p. 278), através da variante *mataco*, como *bunda*. Mendonça (1973, p.148) corrobora a definição dos autores citados ao definir a palavra como: “assento, coxa. Termo chulo, usado entre negros.” Segundo o mesmo, esta é uma palavra do quimbundo *mataku*. *Córrego Matoco* foi coletado no município de Monte Alegre de Minas.

MOLEQUE – 3 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Raymundo (1933, p. 144) apresenta a seguinte acepção para o vocábulo: “Preto pequeno, com poucos anos de idade. Indivíduo de sentimentos inferiores, de procedimentos indignos; canalha, patifório. Fem. Moleka. // Adj. Pilhérico, engraçado, divertido. // Do angolês *muleke*, menino ou moço de serviço.” Para Assis Junior ([sd], 307), *muléke* significa “rapaz; garo-

to; criado de servir.” Castro (2001, p. 287) amplia as acepções dadas pelos autores citados quando afirma que o vocábulo pode ser substantivo: “menino, garoto, rapaz.; meninote negro; [...] jovem, garoto, discípulo, subordinado; e / ou adjetivo [...]divertido, pilhérico, travesso; [...] canailha, velhaco. Para Mendonça (1973, p. 152), a palavra *moleque* significa “menino, rapozote entre os negros”. Como topônimo, encontramos: *Córrego Moleque, Fazenda Moleque* (município de Capinópolis); *Córrego do Moleque* (município de Frutal).

MONJOLO – 15 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Castro (2001, p. 289) apresenta duas acepções para este vocábulo: “Engenho tosco movido por água, empregado para pilar milho e descascar café. [...] Quicongo/ Quimbundo *mansilu* > *mansulu*, almofariz primitivo para pilar e descascar milho, feijão, amêndoas de palmeiras, etc.”; e “Antigo povo banto no Brasil, da etnia *onjolo*, *van* > *munjolo*, indivíduo do grupo de línguas cuiana do sudoeste de Angola. Variações *mujola*, *munjolo*”. Em Raymundo (1933, p. 147), encontramos a variante *munjolo* com o significado de “Máquina agrícola com que se limpa o milho, tornando idôneo para a fabricação de farinha.” (1933, p. 147). Já Mendonça (1973) não cita a forma *monjolo*, mas *mongolô*, sendo o termo utilizado para definir uma árvore de Angola. Partindo da base *monjolo*, encontramos os topônimos: *Córrego Monjolinho*, Localidade *Monjolinho* (município de Comendador Gomes); *Córrego Monjolo* (município de Conquista); *Córrego Monjolo*, *Córrego Monjolinho*, *Fazenda Monjolinho* (município de Gurinhata); *Córrego Monjolinho*, *Fazenda Monjolinho* (município de Ituiutaba); *Córrego Monjolo* (município de Monte Alegre de Minas); *Córrego Monjolinho*, *Fazenda Monjolinho*, *Povoado Monjolinho* (município de Prata); *Córrego Monjolinho*, *Fazenda Monjolinho* (município de Uberlândia); *Fazenda Monjolinho* (município de Veríssimo).

QUIABO – 2 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. Segundo Raymundo (1933, p. 132), o termo é utilizado para designar várias plantas do Brasil:

quiabo-de-angola, cucurbitácea (*Cucumis africanus*); *quiabo-bravo* ou *carrapinchinho*; *quiabo-chifre-de-veado*, malvácea (*Hibiscus esculentus*); *quiabo-comum*, variedade da precedente, cujo fruto tem também o mesmo nome e o de *quingonmbô*; *quiabo-de-Caiena* – planta herbácea cucurbitácea.

Castro (2001, p. 320) corrobora essa definição, dizendo que o vocábulo é usado para nomear o “fruto do quiabeiro, muito usado na cozinha cerimonial afro-brasileira e baiana”. Para Mendonça (1973, p. 163), tanto o termo quanto o vegetal são de origem africana. O autor define *quiabo* como: “fruto do quiabeiro, planta da família das malváceas, gêne-

ro *Hibiscus*". No município de Uberlândia, encontramos os topônimos Córrego *Quiabo* Assado e Fazenda *Quiabo* Assado.

QUILOMBO – 12 ocorrências; banto. Dicionarizado no Aurélio. De acordo com Raymundo (1933, p. 153), *quilombo* significa “pouso ou casa do mato, onde se acoitavam os escravos fugidos; mocambo. Do am-bundo *kilombo*, acampamento, arraial”. Além de confirmar a origem banta do vocábulo, Castro (2001, p. 324), dá a seguinte descrição para o termo: “povoação de escravos fugidos; o mais famoso foi Palmares, construído em Alagoas, no século XVII, sob a chefia de Ganga Zumba e Zumbi. Do Quicongo e Quimbundo *Kilombo*, aldeamento”. Assis Júnior (s.d., p. 127) define *Kilombo* como “*arraial, lugar de reunião ou sanzala de trabalhadores*.” Machado (1984) indica este termo como topônimo no Brasil, no estado de Santa Catarina e em Angola (*Quilombo dos Dembos, Quilombo-Quia-Puto*). Segundo o autor é um substantivo masculino, com origem no quimbundo. Segundo Renato Mendonça (*Apud* Beurepaire-Rohan), *quilombo* é: “povoação fortificada dos negros fugidos ao cativoiro”. Na região pesquisada, este termo foi encontrado em 07 municípios, designando córregos, fazendas e localidades: Córrego *Quilombo*, Fazenda *Quilombo*, Localidade *Quilombo* (município de Araguari); Córrego *Quilombo* (município de Campina Verde); Córrego do *Quilombo* (município de Capinópolis); Córrego do *Quilombo* (município de Gurinhatã); Córrego do *Quilombo* (município de Ituiutaba); Córrego *Quilombo*, Fazenda *Quilombo* (município de Monte Alegre de Minas); Fazenda *Quilombo*, Córrego *Quilombo*, Localidade *Quilombo* (município de Veríssimo).

5. Considerações finais

Através do desenvolvimento da pesquisa em questão, daremos continuidade à quantificação dos africanismos nas demais regiões de Minas Gerais. Porém é provável que essa baixa margem percentual de topônimos de bases africanas prevaleça nas demais regiões mineiras. Observa-se, porém, que a influência de nomes de procedência africana na toponímia mineira é pouco recorrente, embora o número de negros tenha sido bastante significativo em Minas Gerais. Mesmo assim, uma primeira análise em nossos dados permite que façamos as seguintes considerações:

1. A Região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, conta com um pequeno número de topônimos de base africana – 1,4% do total

dos dados coletados em cartas geográficas do IBGE, correspondendo a 99 topônimos de um total de 6873 nomes.

2. Destacam-se as recorrências, em primeiro lugar, da base léxica *Marimbondo* – presente em 9 municípios, totalizando 19 topônimos; em segundo lugar das bases *Macaco* e *Monjolo* – presentes em 8 municípios, com 15 ocorrências cada uma; e em terceiro lugar da base léxica *Quilombo* – presente em 7 municípios, com 9 ocorrências.

3. Apesar do número de negros e escravos ter sido bastante significativo no território mineiro, observa-se que a influência de nomes de procedência africana na toponímia de Minas Gerais é pouco expressiva. Em pesquisa realizada através de entrevistas orais na região do Carmo (SEABRA, 2004), local onde houve uma grande quantidade de escravos, no século XVIII em Minas Gerais, Seabra (2004, p. 307) registrou 2,4% de ocorrência de africanismos, todos procedentes do quimbundo (ASSIS JUNIOR, [s.d.]), língua da família banta, falada em Angola.

4. Na Região do Triângulo Mineiro, tal fato se repete: há predominância do banto, mas mesmo sem a região ter passado pela “febre do ouro”, não há grande diferença numérica, em relação à Região do Carmo, no que se refere à ocorrência de topônimos africanos.

5. Sabe-se que somente após o escasseamento das minas do Campo das Vertentes, de Ouro Preto e Sabará, é que se despertou o interesse dos bandeirantes pelas terras do Triângulo; mas seu desenvolvimento somente ocorrerá com a ocupação da região pelas primeiras fazendas, iniciado pelo sistema de sesmarias, quando se tem início a criação de gado e começa o declínio da exploração do ouro e de pedras preciosas no interior do país.

6. Acreditamos que a parca ocorrência de africanismos na região se dá, principalmente, por dois fatores: a) por razões históricas, econômicas, políticas, estando o português em situação dominante ou privilegiada, a toponímia africana não era bem vista, nem considerada de prestígio pela população local, daí a sua parca ocorrência; b) o negro não tinha interesse em dar visibilidade ao seu território, nomeando-o com termos de sua língua já que a toponímia transmite informações e reflete a história de um povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS JÚNIOR, A. de. *Dicionário Kimbundu-português*. Linguístico, botânico, histórico, corográfico. Luanda: Argente, Santos & Cia. Ltda., [s.d.].

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995

BATINGA, Gastão. *Aspectos da presença do negro no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba*: Kalunga. Uberlândia: Edição do Autor, 1994.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de Filologia e Linguística*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1981, p. 131-145.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de, ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*. n. 2, São Paulo, Humanitas. FFLCH/USP. 1998.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BYNON, Theodora. *Historical Linguistics*. London: CUP, 1977.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, Mônica Emmanuelle Ferreira de. *Língua e cultura do norte de Minas: a toponímia do município de Montes Claros*. 2010. Dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CÓDICE, Costa Matoso: *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de*

1749, e vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004, p. 121-130.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990a.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

DURANTI, Alessandro. *Antropología Lingüística*. Trad. espanhola: Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

ELIA, Silvio. *A unidade linguística no Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1974.

ELLIS JUNIOR, Alfredo; AZEVEDO, Fernando de. *Meio século de bandeirismo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1948.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho; AZEVEDO, Fernando de. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HYMES, Dell. *Language in culture and society. A Reader in Linguistics and Anthropology*. New York: Harper and Row, 1964.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, Oxford, Blackwell, 1972.

LIMA, Emanuela Cristina; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A toponímia de origem africana do Triângulo Mineiro: resultados parciais do Projeto ATEMIG. 1º Seminário Nacional de Professores de Português. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2009.

LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Palhas, 2003.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1952.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico e etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1984.

MANSUR GUÉRIOS, R. F. *Nomes e sobrenomes*. São Paulo: Ave-Maria, 1994.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1975.

MARTINS, José Tarcísio. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas que se desenvolve no povo*. 2. ed. aum. Belo Horizonte: [s.n], 2006.

MENDES, Letícia Rodrigues Guimarães; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro*, 2009. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. ed., 1972.

MENEZES, Joara Maria de Campos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *O léxico toponímico nos domínios de Dona Joaquina de Pompéu*. 2009. Dissertação de mestrado em estudos linguísticos. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MILROY, L. *Language and Social networks*. 2. ed. Oxford, Basil, Backwell, 1987.

OLIVEIRA, Amanda Sônia López de. *Palavra africana em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

PETTER, M; ALKMIM, T. Palavras da África no Brasil de ontem e hoje. PETTER, M.; FIORIN, J. L. (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 145-177.

PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002, p. 123-145.

PETTER, M. M. T. Africanismos no português do Brasil. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *História das ideias Linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001, p. 223-234.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

QUEIROZ, Sônia. Remanescentes culturais africanos no Brasil. In: *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 9, dez/2002. Belo Horizonte: POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, 2002, p. 48-60.

RAYMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

SAPIR, Edward. *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1949.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Toponímia africana em Minas Gerais: Região do Rio Doce. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*, vol. IV. Campo Grande: UFMS, 2008, v. 4, p. 145-160.

SENNA, Nelson de. Nótulas sobre a toponímia geográfica brasílico-indígena em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 20, 1926.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

SOUZA, Vander Lúcio de. *Caminho do boi, caminho do homem: O léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*. 2008. Dissertação de mestrado em linguística. Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

TEIXEIRA, Yolanda Mourão. *Constituição do léxico*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1975.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.